



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 42ª  
(QUADRAGÉSIMA SEGUNDA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 21 DE MAIO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Agaciel Maia a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 39ª Sessão Ordinária, de 14 de maio de 2013;
- Ata da 40ª Sessão Ordinária, de 15 de maio de 2013;
- Ata da 41ª Sessão Ordinária, transformada em comissão geral para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	2

explicação do plano de trabalho da Fundação de Amparo à Pesquisa para o biênio 2013-2014, realizada em 16 de maio de 2013;

– Ata da 11ª Sessão Extraordinária, de 15 de maio de 2013.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Solicito à segurança que libere os espaços da galeria desta Casa para acomodar os servidores e cidadãos desta cidade que vieram acompanhar o debate, principalmente, dos projetos em pauta.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Isso nos termos do art.111, inciso I do Regimento Interno.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, neste momento não se encontram no plenário os 6 Parlamentares que são necessários para o início da fala dos Líderes. Só para comunicar esse fato.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – São 15h34min. Vamos suspender a sessão por 10 minutos para que alcancemos o *quorum* de 6 Parlamentares para ser dada a abertura desta sessão. (Pausa.)

Neste momento, o *quorum* foi alcançado.

Está reaberta a sessão com 6 Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

Enquanto o Deputado Agaciel Maia chega à tribuna, registro a presença do Deputado Joe Valle, Deputado Chico Leite, Deputada Luzia de Paula, Deputado Benedito Domingos, Deputado Agaciel Maia, Deputada Arlete Sampaio e Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	3

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Parlamentar PMDB/PPL/PTC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há três assuntos específicos que eu gostaria de abordar nestes Comunicados de Líderes.

O primeiro é a necessidade – e eu estou fazendo a cobrança –, porque foi aprovada uma lei de autoria do Poder Executivo que não permitia a derrubada dos muros e guaritas, e o tribunal julgou que teria que ser um projeto de lei complementar e que também era necessário que realizássemos audiências públicas antes de o governo encaminhar esse projeto de lei complementar.

Portanto, eu queria fazer um apelo ao coordenador legislativo Willemann, em conjunto com as lideranças desta Casa, para que possamos dar a maior celeridade possível a esse projeto de lei complementar, para que depois de publicada a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal não comecem as fiscalizações e ameaças de derrubadas de muros.

Outro assunto, Deputado Chico Leite, é de fundamental importância. Eu estive no Riacho Fundo I, e estão fazendo a usina de lixo, que fica a 30 metros da sede do TRE, perto das casas. Estou impressionado, Deputado Benedito Domingos, porque há tanto espaço no Distrito Federal, às vezes você anda meia hora, quarenta, cinquenta minutos, sem encontrar uma casa, tanto espaço para se fazer usina de tratamento de lixo, e resolvem fazer logo no quintal das casas ali do Riacho Fundo I.

Houve o compromisso do Governador Agnelo de não permitir que essa usina de lixo fosse instalada no Riacho Fundo I. Portanto, eu quero me associar à reivindicação dos servidores daquela comunidade. Eu estive lá com várias lideranças da cidade, todas elas clamam para que essa usina de lixo não seja instalada ali dentro do Riacho Fundo I, primeiramente, porque há uma desvalorização natural dos bens patrimoniais daquelas pessoas que moram lá.

Portanto, eu queria fazer esse registro em plenário, e dizer que o Deputado Agaciel Maia também é contra a construção da usina de lixo lá no Riacho Fundo I.

Outro aspecto importante que eu gostaria de abordar é a questão, Deputado Chico Leite, dos advogados das autarquias. Os advogados das autarquias aguardam o encaminhamento de mensagem do governo para a organização da carreira, com a urgência que o caso merece. O processo está aberto na consultoria jurídica do Buriti à espera da emissão de um parecer. O processo é de nº 002000562 de 2013. Foi encaminhado o Ofício da Câmara Legislativa do Distrito Federal, nº 9, de 2 de abril de 2013, que continha a Indicação nº 9.880, de 2013, de minha autoria, e que trata da organização em carreira de cargos de advogados existentes de forma isolada nas autarquias, como é o caso do DFTrans, oito cargos; Ibram, três cargos; e Adasa, três cargos.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	4

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, o tema é extremamente oportuno. Em realidade, ainda no ano passado, eu pude receber na Casa Legislativa um grupo de advogados e advogadas voltados à organização da carreira. Do mesmo jeito que há a organização na administração direta, era necessário que houvesse a organização da carreira de advogado na administração indireta e fundacional no plano do Distrito Federal, como já há no plano federal. Este ano nós fizemos gestões junto com o Presidente da Ordem dos Advogados, Dr. Ibaneis, junto à Secretaria de Governo, chegamos a aprovar uma indicação e estamos aguardando que o pleito seja deduzido. Estamos fazendo um acompanhamento junto à Consultoria Geral do DF e à Secretaria de Governo para que o Poder Executivo – só ele tem a iniciativa, é preciso que se diga envie a esta Casa o projeto de lei.

Estamos aguardando, contamos com o apoio dos colegas, e ficamos muito satisfeitos de V.Exa. entrar nesta causa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu incorporo ao meu o pronunciamento de V.Exa. e fico lisonjeado porque V.Exa. é, indiscutivelmente, o Deputado mais juridicamente preparado desta Casa e nesse tema, como é a estruturação do cargo dos advogados, um aparte de V.Exa. enriquece o meu pronunciamento.

Mas não custa lembrar, Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure, que o governo teve boa vontade, em novembro de 2012, no caso da Defensoria Pública, também com a participação do Deputado Chico Leite, em que 21 defensores tiveram o direito de opção de continuar atuando como advogados das autarquias mediante a alteração na LODF, o que veio a acontecer com a promulgação da Emenda nº 61 à LODF, em dezembro de 2012.

Não é demais lembrar que se trata de organizar o que já existe, e há cargos que existem há mais de dez anos sem que se exerça a atribuição que foi exigida no edital de concurso, como é o caso de cargos existentes no DFTrans e no Ibram.

Desse modo, nós esperamos o empenho e a boa vontade do governo em fazer justiça também a esse pessoal que espera há anos uma solução, aproveitando essa sessão legislativa, já que o caso é simples, é pouca gente e a Administração só tem a ganhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (Bloco Trabalhista, Progressista e Republicano. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	5

Deputados, assumo mais uma vez a tribuna para tratar de um assunto. Não que a gente queira polemizar, mas para deixar bem claras as dúvidas e a maneira como, muitas vezes, as coisas são tratadas.

Nós vivemos, graças a Deus, em um regime democrático, em que há o livre arbítrio. Nossa palavra, nossos pensamentos, nossas ações são livres, principalmente as de um representante do povo, que pode ter suas ideias, seus projetos. Aqueles que são contrários têm esse direito. É o princípio do contraditório. Isso é normal.

Abordamos aqui, Sr. Presidente, um projeto que eu defendo, e defendo com muita propriedade: a redução da idade para imputação penal para o menor para 16 anos. Eu defendo isso, não que eu queira matar ou massacrar o menor, mas para salvá-lo, para evitar que se tornem monstros, conforme tem acontecido com crimes hediondos, crimes que têm sido cometidos. Por quê? Hoje o menor não tem respeito pela Justiça, não tem receio da polícia, já acostumou com a prisão, porque sabe que nada acontece.

Eu quero falar aqui, infelizmente, de pessoas que nós admiramos muito pela bagagem de serviço prestado – e que estão prestando – ao nosso País. O nosso Ministro da Justiça, Dr. José Eduardo Cardozo, homem que nós admiramos – achamos que foi uma excelente escolha feita pela Presidente Dilma convidá-lo para ser o Ministro da Justiça –, declara em uma das revistas semanais que quem defende a redução da minoridade na penalidade do menor é nazista.

Eu quero dizer, meu nobre Deputado Chico Leite, que eu não sou nazista. Eu sou um brasileiro que defendo minhas ideias, como nazista não é a Argentina, não é a Bolívia, não são vários países da América do Sul. Os Estados Unidos da América do Norte, a Inglaterra, a França, a Itália, a Alemanha e tantos outros países do mundo não são nazistas, e lá o menor é responsabilizado pelos seus crimes.

Ademais, é o seguinte: essa história de cláusula pétrea não tem fundamento histórico porque a implantação desse projeto de fixar a idade mínima em 18 anos, primeiramente, não foi aprovada por um congresso livre e aberto, não foi feita por uma Assembleia Nacional Constituinte. Isso foi posto na ditadura de Getúlio Vargas. Foi na época do governo ditatorial de Vargas, quando Nelson Hungria foi escolhido para elaborar o novo Código Penal. Ele, então, elaborou o novo Código Penal, mudando o que já vinha no código desde a Primeira República, colocando essa marca de 18 anos.

Vamos fazer uma comparação. Naquela época, na década de 1940, para assistir aos chamados filmes pornográficos no cinema, o menor tinha que levar sua certidão de nascimento. Hoje, o que passava naquela época como pornográfico para menor de 18 anos a televisão mostra o dia inteiro para crianças de 4, 5 anos em episódios muito mais agressivos moralmente, do que os filmes que se exibiam naquele período.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	6

Então, nós vemos hoje que houve uma mudança, uma mudança violenta no comportamento social. Naquela época, Sr. Presidente, era o Brasil uma nação de um pouco mais de 40 milhões de habitantes. Cerca de 70% eram pessoas ruralistas, e o restante, interiorano, de pequenos municípios. Não tínhamos meios de comunicação. Se quiséssemos ouvir uma música de um disco de vinil, tínhamos que pegar aquelas vitrolinhas de corda. O rádio, que estava sendo implantado no Brasil, a maioria não o possuía. Nas pequenas comunidades, nos bairros, havia serviços de alto-falantes colocados num poste, de onde davam a notícia, irradiavam a Voz do Brasil e davam recadinhos. Quando acontecia um crime de um menor de 18 anos, ou era por uma briga por causa de uma namorada ou era uma agressão física ou uma discussão. Mas hoje, não. Os menores estão armados, são assaltantes, mutilam pessoas, massacram pessoas e destroem a vida de pessoas. Famílias inteiras estão hoje aí sofrendo as consequências desses criminosos.

Nós não queremos massacrá-los. É preciso que eles tenham respeito à lei. Eles têm que ter direito à cidadania. O Congresso Nacional achou que um menor de 16 anos, hoje, pelo conhecimento, pelo esclarecimento, pelos meios de comunicação que nós temos hoje, já pode votar e decidir quem é o Presidente da República, mas quando ele assassina, estupra e mata uma pessoa, ele não é um criminoso, ele é simplesmente um infrator. Por isso, eu continuo defendendo a minha tese. Espero que sejam respeitados os nossos direitos e que não sejamos chamados de nazistas pelo nosso Ministro da Justiça porque não estamos de acordo com as ideias dele. Que defenda ele a ideia dele!

Outros me questionaram aqui: “Como fazer com os presídios?” Eu pergunto: “E como estão fazendo hoje com os menores infratores?” Estão recolhidos. Para esse mesmo recolhimento eles vão, só que eles deixam de ser infratores e passam a ser criminosos. Vão para o rol dos culpados, porque há menores de 15, 16, 17 anos com cinco homicídios. Matar os outros hoje para eles é brincadeira. Temos que dar um basta nisso, reduzindo a idade penal para 16 anos, dando responsabilidade social e penal a esses menores, e para os demais menores.

Os pais sofrem muito, como eu sofri, com filhos na faixa etária até os 18 anos, porque não podem ser habilitados para dirigir um carro, por não terem responsabilidade criminal. Uma vez colocada em prática, os menores de boa índole, cujos pais queiram que tirem a sua habilitação para dirigir, poderão tirar a sua habilitação, ser motorista e dirigir o seu carro. Não precisarão mais pegar a chave escondido dos pais nem sair escondidos nos carros, pois terão a sua plenitude de cidadania.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	7

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputado Benedito Domingos, eu acho que este é o momento de o nosso Brasil parar de viver a hipocrisia. As pessoas precisam ter coragem de falar a verdade.

Há alguma dúvida quando nós votamos aqui o projeto que garante porte de arma aos agentes penitenciários? Nós tivemos várias emendas, de vários Parlamentares, ampliando essa possibilidade. Há uma lógica inversa de entidades organizadas, que acha que as pessoas que trabalham com o perigo não precisam andar armadas. É um absurdo isso! (Palmas.)

E há também uma pequena parcela que não entende o dia a dia das pessoas, que não quer entender ou quer fazer um discurso bonito, mas não entende a verdadeira necessidade de um trabalhador. Eu acho que é extremamente importante – eu sou uma defensora do desarmamento da população como um todo –, mas a arma controlada pelo Estado, para dar segurança ao funcionário público fora dos presídios, fora das unidades, é uma necessidade diante da violência em que nós vivemos hoje, Deputado Benedito Domingos! (Palmas.)

Eu queria, inclusive, parabenizar V.Exa. pela fala e dizer que muitas vezes o que a gente percebe é que os bandidos estão armados, e a nossa polícia desarmada. E com a chancela do Estado. Isso é um absurdo!

Nós estávamos falando sobre isso com o pessoal do sindicato ontem. A Presidenta Dilma vetou a lei do armamento dos agentes, impossibilitando os agentes penitenciários de estarem armados. Hoje o que garante a essa categoria estar armada é uma lei distrital que mostra que o nosso Estado ainda tem competência. Pode ser que ela seja julgada inconstitucional, mas esta Casa não pode se furtar de dar segurança para o trabalhador. (Palmas.)

Existe uma lógica na cabeça das pessoas que não entendem nada de sistema prisional, que não entendem nada de sistema socioeducativo, ao achar que esse servidor vai para dentro do sistema com a arma. Isso não é real! Isso é mentira! (Palmas.)

O servidor quer estar armado para defender a família dele, que está exposta. A mulher, os filhos, todos estão expostos. Então, é essa hipocrisia que eu chamo à reflexão dos Parlamentares. Nós tivemos um caso na semana passada de um agente que tomou quatro tiros. Ele está aqui na galeria.

É esse o meu aparte, Deputado Benedito Domingos. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Benedito Domingos, eu gostaria de lembrar aos Srs. Parlamentares que a eles cabe, segundo o Regimento Interno, a manifestação. Não aos senhores assessores. Senhores assessores, mantenham-se na postura que lhes é conveniente e adequada naquilo que o Regimento Interno estabelece. A prerrogativa da manifestação é dos Srs.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	8

Parlamentares. Eu lembro aos senhores assessores que se contenham no trabalho, com a responsabilidade que têm a partir do Regimento.

Conclua, Deputado Benedito Domingos, por gentileza.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Concluirei, Sr. Presidente, reafirmando que as minhas ideias são minhas ideias e, mais uma vez, reafirmo que não sou nazista. Sou um brasileiro consciente do meu dever e luto para defender a sociedade brasileira, principalmente a família, porque toda família deve ser honrada. Toda família brasileira e, principalmente, aqueles que cuidam da segurança merecem da nossa parte todo o apoio porque precisam, sim, estar preparados, pois a criminalidade está muito mais bem armada do que a nossa própria polícia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Benedito Domingos.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle para uso da palavra pela Liderança do Bloco Social Ecológico PEN/PSB, por 5 minutos.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Social Ecológico. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas, boa tarde aos que estão hoje aqui fazendo uma justa presença nesta Câmara. Eu, como sempre, gosto de trabalhar em cima das causas e não dos efeitos, e acredito que toda e qualquer medida em relação à segurança do Distrito Federal tem que começar pela educação. E, mais uma vez, acredito que o processo educativo, quando bem trabalhado, com investimento na educação, vai nos permitir cada vez menos nos preocuparmos com a violência nas cidades.

Nesse sentido, é um apelo que sempre faço, Sr. Presidente, para que essa Câmara e todos os Deputados trabalhem numa frente pela educação no Distrito Federal. Numa frente para que a gente melhore a qualidade da educação, melhore a gestão da educação, melhore os recursos para a educação aqui no Distrito Federal. Então, tenho colocado boa parte das minhas emendas na melhoria das escolas para que a gente tenha tranquilidade. Não amanhã, daqui a um ano ou daqui a dois anos, as medidas socioeducativas são efetivamente necessárias agora porque não se trabalhou há dez anos ou há quinze anos, mas que daqui a quinze anos nós possamos ter a tranquilidade de vivermos em paz nesta cidade. Não há outra saída a não ser pela educação.

Mas eu queria também colocar que na semana passada estive ausente nesta Casa porque eu estava participando de uma atividade em que num primeiro momento, durante dois anos, estive representando a Câmara, mas, infelizmente, neste ano não pude representar em função de que não houve a liberação da Casa para isso. Mas fiz da mesma forma que fiz nos outros anos, quando representei todos os Deputados: levei material de quem tinha e distribuí o material dos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	9

Deputados e levei a Câmara Legislativa, a Lei Orgânica e todo o processo para perto do agricultor familiar, para perto do pequeno produtor. Tivemos mais de quatrocentos atendimentos lá naquele espaço, sempre colocando a importância desta Casa, principalmente para a área rural.

Foi a Agrobrasília deste ano. A Agrobrasília é um grande espaço de convivência do cidadão urbano com o cidadão rural. Uma feira que teve a participação direta e indireta de 79 mil pessoas que neste ano visitaram o evento durante cinco dias. Um aumento de 30% em relação ao ano passado, mostrando a pujança do rural do Distrito Federal. Mostrando uma Brasília para o Brasil, uma Brasília que o Brasil não vê, uma Brasília que o Brasil não está acostumado a ver. Aliás, uma Brasília rural que a própria Brasília não sabe que existe. Onde existem homens trabalhadores, desenvolvimento econômico, trabalho, renda e respeito ao meio ambiente. Então essa 6ª edição também foi palco, interessante, de uma grande rodada internacional de negócios. A Apex estava presente, os sindicatos de indústrias, e oito países: Colômbia, Peru, Bolívia, Guatemala, Angola, Uruguai, Paraguai e Nicarágua fizeram parte dessa grande rodada de negócios. Foram negociados mais de R\$ 3 milhões de reais durante a feira nesta rodada internacional.

Hoje essa feira é a feira que mais cresce no Brasil e é também o maior evento de tecnologia rural em negócios do Planalto Central. É realmente uma coisa impressionante. Além disso, ela representa importante papel na difusão de conhecimento técnico especialmente aos pequenos agricultores com o espaço de valorização da agricultura familiar. Mais de 6 mil famílias de pequenos agricultores, agricultores familiares puderam participar de eventos neste momento durante toda a semana passada. A expectativa é de que em 2014, Sr. Presidente, a Agrobrasília será a maior e melhor feira, tornando-se a grande feira internacional do Cerrado, a copa mundial do agronegócio funcionando na nossa Capital.

Agora, esses resultados são frutos do trabalho conjunto da organização e parceiros, da confiança dos expositores e da qualidade e interesse dos agricultores que visitaram a feira. Realmente é um trabalho de grande parceria, que traz visibilidade para Brasília no cenário nacional e internacional. Tivemos contato com várias delegações internacionais, mostrando que esta Brasília que o Brasil não vê, esta Brasília que é a nossa cidade e que Brasília não conhece está aqui, é presente, é fundamental e importante para a nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão pela Liderança do PSD.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PSD. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria saudar a galeria, os ATRS que se encontram aqui. (Palmas.)

Eu gostaria de lembrar também que o Parlamentar que apoia essa luta é o Deputado Wellington – não está presente porque está viajando – e lembrar que a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	10

emenda ao projeto é do Deputado Ayrton. Acho que esta Casa é uma casa que tem de respeitar os companheiros. A gente também justifica aqui a ausência do Deputado Wellington, mas coloca o apoio dele na derrubada do veto de vocês. (Palmas.)

Queria saudar também os quiosqueiros que estão aqui presentes. (Palmas.) Firmamos hoje, na reunião de Liderança, o acordo para votar o projeto de vocês, dos quiosques – não é, Deputada Arlete? – se houver *quorum* para isso. Parece que foi resolvido na CCJ. Não foi, Presidente? Se houver *quorum*, não existe a dificuldade de votar o projeto de vocês.

Tenho um assunto sobre educação de que quero falar, mas antes queria reforçar, acho que na fala do Deputado Benedito fiz um aparte, só queria aqui reforçar isso. Tive a oportunidade de ficar na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar dois anos. Acho que não posso dizer que o nosso trabalho foi feito à distância porque o nosso trabalho foi um feito de perto, porque a comissão saiu da Câmara e foi para dentro tanto das unidades de medidas socioeducativas quanto dos presídios.

Defender a possibilidade de defesa desses trabalhadores não é defender a arma dentro do presídio. Há uma visão muito equivocada disso. A arma é um instrumento de defesa dentro da casa, dentro do carro, não é para ser usada de maneira desordenada, e há uma lógica baseada na qual alguns dizem: “Ah, nós temos de desarmar”. Temos, sim, de desarmar, mas desarmar o tráfico, desarmar o crime, desarmar as pessoas. O fato é que a arma está na mão da população errada. (Palmas.) Agora, a defesa do trabalhador é algo que tem de ser garantido.

Então, queria colocar aqui o nosso apoio e o do bloco ao projeto de vocês, à derrubada do veto. Algumas pessoas já estão conversando conosco sobre isso também. Vocês estão tendo oportunidade de conversar com os Parlamentares e a gente espera que dê *quorum* para a derrubada desse veto também. (Palmas.)

Queria dizer que hoje a Deputada Eliana Pedrosa acatou uma emenda nossa na CCJ, uma emenda sobre os quiosqueiros, que garante que a derrubada não vai acontecer mais da forma aleatória como vinha acontecendo. Vai ter que ser comunicada com 72h de antecedência a vocês. Muitas vezes, chega lá a Agefis já para derrubar, não sabe nem a motivação, não dá tempo nem de correr à Justiça. A Deputada Eliana hoje acatou isso na CCJ. É uma emenda nossa para dar mais segurança aos trabalhadores. (Palmas.) Conseguimos também retirar do projeto algumas áreas que não eram tombadas porque engessava o projeto como um todo. Há duas áreas que não eram tombadas e estavam dentro do projeto e que a gente conseguiu acatar com força da Deputada Eliana Pedrosa.

Quero ser rápida aqui no meu comunicado, mas não posso deixar de falar sobre isso. Fizemos uma representação, Deputada Arlete, sobre a questão dos ciclos que a Secretaria de Educação queria implementar na rede pública de educação. A



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	11

nossa representação, naquele momento, não era contra o sistema de ciclos, mas contra a forma como iam implementar um projeto, sem discussão nesta Casa e nas escolas. Nem a tão famosa gestão democrática, que foi aprovada aqui, se mostrava democrática, porque o sistema foi implementado. Buscamos, inclusive, o Ministério Público, que propôs uma ação. O mais engraçado é que essa ação foi julgada, em um primeiro momento, liminarmente, e o GDF pediu que a suspendesse; e, num segundo momento, foi julgada no mérito. Ela foi julgada no mérito e deu ganho de causa para nós que pedimos o debate, que pedimos que esse projeto fosse discutido não só aqui na Câmara Legislativa, mas também na sociedade escolar. Como é que vamos pegar o aluno e colocá-lo no ciclo para fazer uma semestralidade, sendo que, muitas vezes, isso não acontece nas universidades, não acontece no momento do vestibular? Então, há uma incongruência nisso aí. Não dá para a gente concordar com um sistema ao qual a rede pública de ensino superior não está adaptada. Era sobre isso que a gente queria discutir.

O que me traz à tribuna foi porque tivemos notícia de que o ciclo continuava sendo implementado, e nós, novamente, notificamos a Justiça. O juiz deu a seguinte decisão: “Intima-se pessoalmente para cumprir o determinado no primeiro parágrafo da decisão”, sob pena de entender que descumprir a medida antecipatória referida... Ou seja, o juiz diz que Governo, Secretaria de Educação, há uma medida judicial para você não continuar completando, não fazer da forma como está, e isso está sendo desrespeitado.

O que acontece? Acontece que nós notificamos o Conselho de Educação para que faça a verificação se o ciclo está sendo implementado sem decisão judicial, pois no Diário Oficial desta semana, da Secretaria de Educação, há uma classificação de estagiários: que se deem maior número para as escolas que tiverem ciclo. Ou seja, no próprio Diário Oficial há a comprovação de que o ciclo está sendo implementado sem o aval nem do Conselho de Educação, nem da comunidade escolar e, principalmente, da Justiça que determinou não fazê-lo.

Portanto, a gente pede aqui ao Conselho de Educação que faça essa fiscalização. Nós encaminhamos ontem, e o Conselho decidiu que irá fazer, sim, a fiscalização.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio, pela Liderança do Governo.  
(Pausa.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	12

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar a galeria, todos os trabalhadores que aí estão e dizer que estamos na luta junto com vocês, para que possamos alcançar aquilo que estamos buscando.

Mas eu queria comunicar a ausência da Deputada Liliane Roriz, que está de atestado médico.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula, pelo registro do motivo da ausência da Deputada Liliane Roriz.

Aproveito esta oportunidade para registrar e agradecer a presença dos servidores e trabalhadores das nossas unidades de acolhimento aos adolescentes, que têm enfrentado enormes dificuldades. Queira Deus que todo o problema se resolva só com o porte de armas. Mas, com certeza, esse é um dos muitos outros problemas.

Registro e agradeço a presença dos companheiros trailistas que vieram acompanhar a votação. Agradeço aqui a presença do presidente do sindicato.

Concedo a palavra, como último inscrito, pela liderança do PT e do PRB, ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra a Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, meus pares; boa tarde a toda a galeria. É um prazer imenso estarmos aqui hoje, para podermos falar a uma galeria tão repleta como esta.

Eu não poderia deixar de vir aqui complementar, ou até mesmo ajudar, as palavras do meu amigo e Parlamentar, Deputado Benedito Domingos, quando fala da questão da menoridade. Nós precisamos urgentemente tomar uma posição aqui no Distrito Federal, porque tudo começa e aqui termina.

Sobre a questão da menoridade, não adianta só diminuir a menoridade. Nós temos que ter penas mais rígidas, porque as penas, hoje, são muito brandas. Temos que ter um processo mais célere, porque o processo, hoje, é muito lento. Se diminuirmos só a menoridade e deixarmos as penas como estão, vamos ficar como cachorro correndo atrás do rabo. Se as penas hoje fossem suficientes, o maior não cometeria crime. Então, nós precisamos rever as nossas leis penais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	13

O nosso Código Penal é de 1940! Nós estamos aplicando-o há 73 anos! O nosso Código de Processo Penal é de 1941. Há 72 anos, nós vimos aplicando o Código Penal e o Código de Processo Penal. Isso é uma aberração para o dia de hoje. E ainda há pessoas que falam que o homem é produto do meio. É outra inverdade! O homem foi produto do meio, hoje o homem é produto da sua maldade, porque o meio hoje está informatizado, nós temos informação de todos os lados. Então, quero crer que nós precisamos rever muita coisa no instituto penal do Distrito Federal.

Quanto aos meus amigos na questão do porte de arma, eu acho que todo mundo tem que ter arma! E quem estiver contra mim pode falar aí, porque eu falo mesmo. Por quê? O bandido não está preocupado com porte de arma, não. E eu não estou aqui com discurso jogando para a galera, não, porque eu não jogo pra galera. É o que eu penso, porque o que eu penso, eu falo. O que não dá é nós ficarmos presos em potencial e o bandido solto. E nós batendo de bonito aí dizendo que está tudo bem. Não está tudo bem, não. E não adianta botar polícia. Pode botar o tanto de polícia que for, mas, se não houver penas mais rígidas, se não se colocar um processo mais rápido, não tem quem vá dar conta da questão da criminalidade, não tem quem vai dar conta! Então, nós precisamos rever isso.

É igual à questão dos direitos humanos. Direitos humanos são para humanos, gente. Pelo amor de Deus! Desde quando bandido é humano? Nós temos que ver isso. Desde quando? Então, nós temos que ver que direitos humanos são para a maioria, que hoje está sendo assolada por uma minoria, por uma minoria de bandidos. Ainda vêm pessoas dizerem que eles não tiveram oportunidade. Oportunidade se cria! Oportunidade se cria! Se eles não estão criando oportunidade, a culpa não é nossa!

Eu sei que, muitas vezes, o meu discurso faz que muita gente bote a mão na cabeça, olhe para um lado, olhe para o outro, mas é porque não vivenciaram o que eu vivenciei: bandido querendo mandar na cidade, bandido fazendo cidadão de bem preso. Isso não pode continuar! Então, quero conclamar os meus pares para que façamos um levante para vermos a questão da menoridade. Não é só abaixar, não; reduzir a menoridade não vai resolver o problema. Nós temos que fazer um levante pelo nosso Código Penal e pelo nosso Código de Processo Penal e pedir aos legiferantes que estão lá em baixo que venham à ponta para ver a situação, que eles vão às periferias. Não precisam sair de Brasília, não; é só chegarem à periferia de Brasília que verão como está a criminalidade, por causa dessas leis brandas!

Quero ainda dizer que nós não temos nada contra bandido, muitos menos a favor; só queremos eles presos e sem benefícios. Vinte anos são 20 anos, Bené! Vinte anos de cadeia são 20 anos, não são 6 anos! Hoje eu vejo, inclusive, o Poder Judiciário e o Ministério Público fazendo um levante contra essa situação. Vi, no caso da Elisa Samúdio, lá em São Paulo, o promotor e o juiz, ao término do Tribunal do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	14

Júri, saírem dizendo que o que eles puderam fazer, eles fizeram, que foi dar 20 anos para o camarada cumprir 6! Temos que acabar com esse negócio do benefício!

E não adianta me ameaçar, como estão querendo, não. Eu não ando armado, não, mas não tenho medo de vagabundo, não. Não tenho medo! E falo aqui. Não tenho, não. Não tenho medo deles, porque quem tem moral e quem tem pulso forte não tem que ter medo de quem anda errado. Eu estou falando é de todo tipo de bandido, do pé de chinelo ao colarinho branco! É de todos! Não estou falando só de bandido pé de chinelo, não, é de todos! É de todos! E quem for contra pode subir aqui e me denunciar do que quiser, porque não tenho rabo de palha, pulo qualquer fogueira, não tenho nenhum tipo de rabo de palha. Os meus posicionamentos, não é porque eu vim para esta Casa que vou mudá-los! O meu posicionamento é esse e falo em qualquer lugar.

Quero dizer aos senhores que nós precisamos tomar uma posição nesta Câmara. Outro dia, estava eu e a Deputada Eliana Pedrosa participando de um programa de televisão em que estão querendo agora melhorar a situação dos pedófilos, melhorar a situação do estupro presumido! Vão dar agora bolsa para bandido! Ah, pelo amor de Deus! E ainda vêm dizer que este país não é assistencialista. É o país mais de oportunidade que tem! E ainda vem – Bené, desculpe-me – alguns “gnomas” falar sobre liberação da maconha! Acaba com tudo logo! Entrega! Entrega o país! Isso é uma vergonha! É uma vergonha! Então, nós estamos vivendo num verdadeiro faz de conta, em que quem faz as leis não vai à ponta. Diz que agora vão baixar: as meninas de 12 anos não serão mais estupidadas. Ah, por favor! Quer dizer, ela tem consciência aos 12 anos, mas o vagabundo não tem consciência aos 16? Onde já se viu isso? Bené, isso é uma vergonha! Plagiando o Boris Casoy, isso é uma vergonha!

Nós, nesta Câmara Legislativa, vamos fazer um levante, a começar pelo Presidente desta Casa, que é uma pessoa íntegra, de moral, a quem eu respeito e falo pelos quatro quantos: fico lisonjeado em ter V.Exa. como Presidente. Mas, do jeito que está, não dá para ficar. Pode ter certeza. Eu falo em qualquer lugar. Ah!, mas não teve oportunidade? Então, vamos fazer o seguinte: vamos prender; depois que controlarmos, tomarmos conta, voltamos a dar oportunidade, porque agora não dá mais para dar oportunidade. Você liga a televisão e só vê menino cometendo crime. Vá para a cadeia para ver.

Então, Sr. Presidente, eu sou uma pessoa que não meço as minhas palavras muitas vezes e me empolgo não por ver a galera, mas me empolgo com a questão de segurança, porque eu acho que segurança hoje é primordial. Então, eu vim aqui, Bené, para me solidarizar como você, para pegar um gancho na sua fala, porque, do mesmo jeito que você fala, eu venho para complementar. Menoridade tem que passar. Vagabundo bom é vagabundo preso e sem benefício. O assistencialismo tem que existir. Eu respeito muito minha amiga Deputada Arlete Sampaio, que foi da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	15

Sedest e sabe que é necessário fazer o social. Mas, Deputada, quando há uma doença que precisa de cirurgia, vamos fazer a cirurgia e depois a profilaxia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Dr. Michel.

Estamos em Comunicados de Parlamentares. Todas as lideranças se pronunciaram, exceto uma delas.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria só de informar que eu tive a oportunidade de analisar o veto parcial ao projeto do porte de arma. Apesar da controvérsia em relação à questão da inconstitucionalidade, não teria sentido aprovar para os agentes penitenciários e desaprovar para os agentes sócio-educativos.

A fundamentação se pauta em relação à menoridade, que mexe com crianças e menores, mas há de se convir que, se um menor com 17 anos e 11 meses cometer algum delito, ele ficará até os 21 anos no Caje. Então, eu acho que a fundamentação do veto está muito fraca. Nesse sentido, se saiu para o agente penitenciário, deveria sair para eles também.

Esse é o meu posicionamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar todos os ATRS que estão aqui na galeria e também o pessoal dos quiosques, *trailers* e similares que estão aqui presentes também.

Eu digo a vocês, em especial aos ATRS, que vocês lembram que, a princípio, eu era contra o porte de arma dos senhores. Eu sou contra o porte de arma de qualquer pessoa. Eu acho que tem que haver o desarmamento e não armar as pessoas. Mas vocês, com o trabalho que fizeram, junto com o Deputado Wellington Luiz e a Deputada Celina Leão, convenceram-me a votar favoravelmente. Eu votei a favor do porte de arma. Eu vim aqui hoje assumir o compromisso de que vocês terão o meu voto para a derrubada do veto também.

Eu vim assumir esse compromisso, porque, como disse o Deputado Robério Negreiros, parceiro do PMDB – e eu ouvi do gabinete, porque eu estava atendendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	16

as pessoas –, e o Deputado Dr. Michel aqui, que é da área e falou muito bem, não tem sentido: se uns podem, os outros também podem. Se vocês estão ali numa situação de risco, sendo filmados... eu até dei o exemplo de que, quando me formei em Arquitetura e fui trabalhar na Novacap, com a expansão da Papuda, fui trabalhar lá dentro, e eles tiveram que me tirar de lá, porque algumas pessoas do sistema prisional não gostaram de mim e havia uma tela nos separando. Não sei nem o porquê, mas resolveram me tirar de lá. Imagino vocês, que trabalham com essas pessoas com problemas e em situação de risco o tempo inteiro. Imagino a fragilidade com a qual vocês convivem quando estão fora de lá ou até lá mesmo, assim como a família de vocês também.

Podem contar com o meu voto para a derrubada do veto. Da mesma forma, assumo aqui o compromisso com o pessoal dos *trailers* e dos quiosques, pela aprovação do projeto com as emendas que vocês pediram. Essa será a posição do Deputado Rôney Nemer. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RÔNEY NEMER) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer, que falou nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer um complemento à fala do Deputado Rôney Nemer. Hoje, no projeto de lei que trata da questão dos quiosques e *trailers*, corrigiu-se a falha processual que havia. Tive a honra de presidir a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, em virtude da ausência justificada do Deputado Chico Leite, e o projeto está pronto para vir a plenário desde que haja *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Robério Negreiros.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, quero saudar os defensores públicos do Distrito Federal pelo dia deles, que foi ontem. Esses profissionais realizam um trabalho extremamente importante, sobretudo para as pessoas que não podem pagar advogados e merecem todo o apreço e o respeito de todos nós. Meus parabéns, meus cumprimentos a todos os defensores públicos do Distrito Federal!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	17

Em segundo lugar, quero aqui passar, para registro nos anais desta Casa, a nota pública que a CNBB divulgou sobre a redução da maioria penal, com a qual comungo inteiramente. Essa nota é do dia 16 de maio. A CNBB não defende a redução da maioria penal e justifica essa posição como uma medida de proteção à infância e à adolescência: "Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Mateus 5, versículo 9". É assim que eu também me posiciono e deixo claro isso neste plenário, a despeito de divergências existentes, que são absolutamente naturais em um Estado Democrático de Direito.

Depois, Sr. Presidente, eu queria fazer referência a duas audiências públicas que foram realizadas por requerimento de minha autoria. Uma delas na sexta-feira, quando se comemorava o Dia Nacional de Combate à Homofobia. No plenário desta Casa, realizamos a audiência pública e, mais uma vez, reafirmamos o direito democrático e a defesa dos direitos humanos que todos temos de fazer, pelas pessoas que têm diferente orientação sexual e que, por isso, são alvo de violência permanente da sociedade, que é machista, racista e homofóbica.

Por último, Sr. Presidente, eu queira também informar os Parlamentares da realização de uma audiência pública, na segunda-feira, sobre a política de saúde mental no Distrito Federal. Levamos usuários; representantes do Movimento de Saúde Mental; o coordenador-nacional de saúde mental do Ministério da Saúde e o coordenador do Distrito Federal. Fizemos um balanço do que vem sendo feito e das necessidades e demandas por parte da população, que precisa de atendimento à saúde mental.

Nessa ocasião, foi-nos entregue, Sr. Presidente, um abaixo-assinado, com mais de trezentas adesões, que solicitava a constituição, nesta Casa, de uma frente parlamentar em defesa da saúde mental. Eu me comprometi a apresentar aqui o requerimento pela constituição dessa frente e constatei que ela já foi criada no ano de 2011, mas precisa funcionar. Hoje também protocolei um pedido de minha inclusão, como Parlamentar, já que, naquele momento, eu não estava na Casa. Solicitei minha inscrição como membro dessa frente, porque pretendo que ela funcione em contato permanente com o Fórum de Saúde Mental do Distrito Federal, para que possamos, efetivamente, lutar pela implementação de políticas de atenção à saúde mental da população do Distrito Federal. Saúde mental não é só combate à drogadição, não é só atendimento ou políticas que visam a que as pessoas deixem de usar drogas no País. É muito mais do que isso.

É preciso que discutamos em conjunto a política de saúde mental do Distrito Federal, e eu me disponho a, junto com os profissionais de saúde que colocam essa pauta na sua intervenção, como também com o movimento social, impulsionar a nossa luta, para que, de fato, o Distrito Federal tenha uma política de saúde mental compatível com as necessidades existentes em nossa cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	18

Era isso, Sr. Presidente. Quero passar a V.Exa., que apresentou a construção da frente, o abaixo-assinado que recebi na segunda-feira.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

S.Exa. não se encontra presente. Se não me engano, está em viagem.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Robério Negreiros.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero cumprimentar os amigos, os companheiros que vieram a esta Casa porque acreditam no papel que esta instituição tem de debater os problemas de Brasília e os problemas específicos de suas categorias. A Casa já apreciou o projeto da ATRS, e quero dizer que esta Casa vai se pronunciar no momento em que a liderança encaminhar o assunto. Ele já foi abordado hoje, mas, infelizmente, a nossa reunião foi bastante limitada em função de algumas ausências na reunião de Líderes. Acreditamos que o debate vai ser aprofundado. Eu, inclusive, tenho o compromisso de visitar a unidade e o farei na próxima semana, porque hoje à noite viajarei para participar do Encontro de Parlamentares, em nível nacional, com uma agenda das presidências de assembleias legislativas e da Câmara Legislativa, de caráter administrativo das Casas, como também uma agenda política, em face do ano pré-eleitoral que estamos vivenciando.

Quero, portanto, manifestar a minha mais profunda solidariedade em relação às condições de trabalho dessa categoria. Já conversei com a própria Secretária sobre a importância de ela aprofundar esse debate, para que vocês não tenham apenas a questão da arma resolvida, mas também as condições efetivas de trabalho – a questão do risco, da exposição desses profissionais.

Quero cumprimentar também os trailistas aqui liderados pelo Luís. Já foi dito pelo Deputado Robério Negreiros, que presidiu: a Comissão de Constituição e Justiça já apreciou a matéria; o Relator da matéria, Deputado Aylton Gomes, infelizmente teve que viajar, mas, no nível da comissão, já houve o devido tratamento da matéria. Se até o momento da apreciação não tivermos o *quorum* hoje, devemos apreciar isso na oportunidade seguinte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	19

É necessário destacar que a Câmara Legislativa é uma casa política, que tem que dar o tratamento real dos problemas que existem na sociedade. Nós sabemos que estamos extremamente expostos perante a sociedade, perante o Ministério Público. Nós não podemos estar expostos perante a nossa população, porque foi ela que nos elegeu para representar o seu anseio e para que os problemas fossem debatidos com a devida profundidade. Portanto, não é fugindo do debate, não é estando imperceptível a esse quadro social que Brasília vive que nós vamos conseguir avançar nesse debate. Se hoje não tivermos condições de deliberar, de aprofundar, nós iremos retomar isso no momento adequado, quando o *quorum* estiver efetivamente estabelecido.

Eu quero ainda, Sr. Presidente, a quem agradeço por estar dirigindo, fazer um apelo aos Srs. Parlamentares para que possamos avançar nessa agenda de atualização da Lei Orgânica do Distrito Federal, que completará no próximo mês de julho vinte anos. É extremamente importante, Deputada Eliana Pedrosa, que se debruçou como Presidente da Comissão Especial que tratou do assunto, que possamos dar uma atualizada na Lei Orgânica do Distrito Federal e incorporar a atualização da própria Constituição Federal, como fizemos com o nosso regime jurídico único.

Temos outros avanços. Nós estamos aqui apresentando a questão da retomada do percentual na área de ciência e tecnologia, muito bem abordada hoje pelo Deputado Joe Valle, em que precisamos retomar a alíquota de 2% que havia sido reduzida para 0,5% nos governos anteriores. É necessário que 2% da Receita Corrente Líquida retornem para a pesquisa, onde está a fonte de novas conquistas da sociedade. Brasília não pode ficar a parte desse processo.

Quero aproveitar esta oportunidade aqui para cumprimentar o Deputado Prof. Israel Batista, que apresentou, na última semana, uma audiência pública para tratar da questão da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Todos nós sabemos que ela teve problemas, mas não são os problemas que ocorreram nessa instituição que devem fazer com que recuemos, nos acomodemos e não retornemos à razão de ser dessa instituição. Quero registrar meus cumprimentos ao Secretário, que vem fazendo um trabalho, bem como ao Dr. Alexandre, atual Presidente da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. Que possamos recompor seu orçamento, recompor o conselho superior dessa instituição para que ela, de fato, aprofunde a pesquisa no Distrito Federal: Embrapa, Universidade de Brasília, Universidade Católica, a perícia vem avançando enormemente na área de pesquisa.

Quero fazer um apelo aos colegas Parlamentares. Existe uma Proposta de Emenda à Lei Orgânica. É necessário que ela seja apreciada por esta Casa para que ela ainda possa pegar o calendário orçamentário. A Lei de Diretrizes Orçamentárias já chegou à Casa, e é a lei que antecipa a lei orçamentária. Ela naturalmente deverá receptionar o novo ajustamento feito pela PELO. Portanto, quero aqui trazer a minha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	20

manifestação para que nós não recuemos nesse processo de aperfeiçoamento da Lei Orgânica do Distrito Federal. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS) – Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure).

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Deputado Benedito Domingos, V.Exa. é um dos Parlamentares mais experientes da nossa Casa. Por isso, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que recebesse o Presidente da Câmara Municipal de Valparaíso. Creio que ele chegou à Casa. Que V.Exa. possa conduzi-lo ao plenário desta Casa. Por gentileza, Deputado Benedito Domingos.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde, prezados colegas. Boa tarde a todos os representantes dos quiosques, dos *trailers*. (Palmas.) Os senhores estão de parabéns. Tivemos oportunidade hoje de relatar e aprovar todas as emendas lá na Comissão de Constituição e Justiça. O projeto está pronto para chegar ao plenário. Agora está garantido o direito de vocês serem notificados com 72 horas de antecedência por qualquer problema da Agefis – Agência de Fiscalização do Distrito Federal. (Palmas.) Vamos caminhando para frente.

Eu acho que é isto, é o respeito ao cidadão, o respeito a quem quer trabalhar. Eu acho que isso é muito importante. Todo mundo fala que está aumentando a marginalidade, mas se a gente não respeitar quem quer trabalhar, só pode aumentar a marginalidade mesmo. Não é verdade? Os senhores estão de parabéns.

Quero cumprimentar os representantes dos ATRS – Atendentes de Reintegração Social – e quero dizer o seguinte: assim como o Deputado Rôney Nemer, eu também sempre fui contra as armas, sempre fui contra porte de arma para qualquer pessoa. Mas a Deputada Celina Leão e o Deputado Wellington Luiz me convenceram de que vocês têm esse direito. (Palmas.) Foi um trabalho de convencimento dessa jovem Parlamentar que chegou a esta Casa com autoridade. Hoje ela é minha Líder e é Líder de fato. Ela se impõe, e eu a sigo porque ela sabe me convencer com argumentos.

Vocês têm toda a razão. Mas a gente não quer para vocês, como disse o Deputado Wasny de Roure, apenas o porte de armas, nós queremos que o governo possa garantir segurança para vocês e para a família de vocês. Isso é essencial. (Palmas.) A gente sabe das dificuldades porque – mais do que aqueles que têm maioria, que têm as penas e que sabem que vão responder por elas – aqueles que hoje são menores de idade se acham donos do mundo. Vocês enfrentam muitas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	21

dificuldades. Também, como disse o Deputado Dr. Michel, não adianta apenas abaixar a idade penal, as cadeias estão superlotadas. Nós sabemos que hoje a maior parte das pessoas não cumpre as penas, elas não cabem nas cadeias. Se nós abaixarmos a maioridade penal, acho que nós teremos que fazer cadeias específicas para essas pessoas que não atingiram 18 anos. Porém, eu acho também que, se as pessoas podem votar, escolher um Presidente da República que vai conduzir o País aos 16 anos, elas podem responder por muito mais coisas, certamente. (Palmas.)

O Deputado Wasny de Roure fez um apelo a todos nós para votarmos a emenda à Lei Orgânica para elevarmos para 2% os recursos da Fundação de Apoio à Pesquisa. Eu quero dizer, Deputado Wasny de Roure, que já tive essa iniciativa no meu primeiro mandato, e essa emenda foi dita inconstitucional porque essa matéria foi considerada prerrogativa exclusiva do Executivo. As emendas de V.Exa. e do Deputado Prof. Israel Batista são semelhantes à que fiz. Então, se não for considerado um vício de origem, também os projetos de V.Exa. serão inconstitucionais, lamentavelmente. Mas podemos pedir ao Executivo que mande para esta Casa um projeto dessa natureza.

Também, eu gostaria de fazer referência, nesta data de hoje, a um assunto que me ocupou no final da semana passada e ontem, que é o preço dos ingressos do jogo Flamengo e Santos. Nós não teremos só o jogo do Flamengo e Santos. Já está programado o jogo do Vasco e Atlético, e também teremos outros jogos.

Veja bem, numa final do campeonato paulista, a arquibancada custou 100 reais a inteira, 50 reais a meia – final do campeonato paulista, Corinthians e Santos, o ápice do campeonato! Na final do campeonato carioca, ápice do campeonato, a arquibancada custou 50 reais a inteira, 25 reais a meia. Agora, aqui, no Distrito Federal, no início do campeonato, a arquibancada mais barata, que é no anel superior, custa 160 reais a inteira, 80 reais a meia. Um absurdo!

Agora, não é só isso não. Essa empresa quer ganhar todas, porque colocou de início três atendentes, uma fila de cinco horas. Depois, nós acionamos o Procon, ele notificou, ela colocou 5 atendentes. A fila caiu para quatro horas. Ontem, às 17h30min., eles iam encerrar o atendimento com uma fila de mais de 600 pessoas, e o Presidente do Procon, o Sr. Todi Moreno – eu quero fazer um elogio a ele – acionou os fiscais, e exigiu que ficassem até às 22h, horário de fechamento do shopping, porque a empresa não havia notificado o horário em que faria a venda dos ingressos.

Agora, pasme ainda, Deputado Wasny de Roure. Essa empresa – eu liguei para a Secretaria de Fazenda – não pegou autorização para fazer a venda de ingressos. Então, ela venderia todos os ingressos e não pagaria impostos. É uma empresa de São Paulo. Quando fosse notificada, não teria como, talvez nem achassem mais. Se essa empresa vendeu para outros eventos aqui no Distrito Federal, não pagou imposto. Mas é assim, é tudo muito fácil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	22

Eu pergunto à Terracap, que é dona do estádio, quanto é que ela está cobrando por isso? Qual é o lucro absurdo dessa empresa, que deve ser a maior arrecadação do Brasileirão, que deve passar dos 6 milhões de reais? Eu sei que o Santos vendeu o mando para essa empresa por 800 mil reais. O Flamengo deve estar levando menos, porque o dono do mando de campo é o Santos. Qual é o lucro absurdo dessa empresa? E o povão, que pagou com seu imposto uma conta que já está em 1 bilhão e 500 milhões de reais? O povão vai ficar sempre de fora, ou vai pagar esses preços exorbitantes sempre? É isso que vai acontecer? É isso que eu quero saber. Será que nós construímos esse estádio monumental para o povo pagar esses preços escorchantes, e uma empresa explorar sem pagar imposto? Nós vamos deixar isso acontecer, Deputado Wasny de Roure? Nós vamos deixar, Deputado Benedito Domingos? Nós vamos deixar, Deputado Raad Massouh? Nós vamos deixar, Deputada Luzia de Paula? Não podemos. É para isto que serve o Estado: para pôr um basta nisso tudo. Tem um limite para o lucro. Tem um limite para o lucro. Tem um limite! É isto que nós exigimos: o respeito ao cidadão, o respeito mínimo ao cidadão, o cidadão que ficou 4 horas na fila, porque tem pouca oportunidade de ver o seu time jogar, o cidadão que ficou na fila, porque, é claro, quer ver o estádio monumental da Capital Federal. Como não quer ver esse estádio que está sendo vendido como o mais fabuloso do mundo? Todo mundo quer.

Agora, que vai doer no bolso, vai doer no bolso. Vamos ver quanto é o salário mínimo, vamos fazer uma comparação com o salário mínimo? Sem falar na saúde. Não vamos nem falar nisso, senão nós vamos ficar aqui, todos nós, vermelhos de vergonha.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Tendo em vista a visita que estamos recebendo do nosso Vereador Afrânio Pimentel, Presidente da Câmara de Valparaíso, e do Enivaldo da Cidade Ocidental, eu vou suspender por alguns minutos esta sessão.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (PPL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria ser solidário com as palavras da Deputada Eliana Pedrosa, e dizer que S.Exa. está preocupada, sim, com uma coisa muito importante de nossa cidade.

Aproveito para pedir a V.Exa. que faça uma convocação pessoal para ver se na próxima oportunidade a gente consegue fazer a votação dessas duas categorias, porque já é a segunda vez que eu vejo essas pessoas virem aqui. A gente fica incomodado, porque sabemos que todos eles são trabalhadores, todos ATRS, todos quiosqueiros, pessoas que estão saindo do seu trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	23

Então, eu gostaria que V.Exa., pessoalmente, interferisse e chamasse os Deputados um a um. Eu lhe garanto que aqui estarei porque tenho o prazer de votar essas duas categorias o mais rápido possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Raad Massouh. V.Exa. já está convidado a ficar conosco na Mesa para fazer a chamada. Antes, porém, vou suspender a sessão por alguns minutos, apenas para que possamos ouvir a saudação do nosso Presidente da Câmara Municipal de Valparaíso, cidade extremamente relevante, para que possa trazer a esta Casa, à população de Brasília a sua mensagem. Que nós todos possamos prestar atenção, porque é um colega Vereador, como nós aqui somos também.

Vou suspender a sessão pelo prazo de três minutos, passando a palavra ao nosso Presidente da Câmara Municipal.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h47min, a sessão é reaberta às 16h49min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só farei um pronunciamento. Ontem, 20 de maio, foi o Dia do Pedagogo. Eu quero aqui, homenageando também os servidores que estão aqui, tanto os quiosqueiros, como o pessoal das feiras e os que estão aqui em busca da sua luta, homenagear essa categoria, porque ser pedagogo é conduzir pela mão. Com essa consciência, sendo também a minha categoria, quero dizer para vocês que estão aí conduzindo o destino de meninos e meninas que, infelizmente, não tiveram a oportunidade de ter um bom pedagogo na vida e que hoje vocês têm que lutar para defender as suas vidas e a de suas famílias. Como pedagoga, a minha homenagem é também a vocês que também são educadores e são defensores de uma família e de um destino para aqueles meninos que muito trabalho dão a vocês. Isto eu sei de cadeira: o quanto vocês trabalham, o quanto vocês lutam.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula.

Concedo a palavra à última inscrita, Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum* para que possamos entrar na Ordem do Dia.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	24



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**6ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2013/2014**

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC	X		
ARLETE SAMPAIO	PT		X	
AYLTON GOMES	PR		X	
BENEDITO DOMINGOS	PP	X		
CELINA LEÃO	PSD	X		
CHICO LEITE	PT		X	
CHICO VIGILANTE	PT		X	
CLÁUDIO ABRANTES	PT		X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X	
DR. MICHEL	PEN		X	
ELIANA PEDROSA	PSD	X		
EVANDRO GARLA	PRB		X	
JOE VALLE	PSB		X	
LILIANE RORIZ	PSD		X	
LUZIA DE PAULA	PEN	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB		X	
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PEN		X	
PATRÍCIO	PT		X	
RAAD MASSOUH	PPL	X		
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X	
RÔNEY NEMER	PMDB		X	
WASHINGTON MESQUITA	PSD		X	
WELLINGTON LUIZ	PPL		X	
WASNY DE ROURE	PT	X		
TOTAL		07	17	

  
SECRETÁRIO DEPUTADO (A) RAAD MASSOUH



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
21   05   2013	15h27min	42ª Sessão Ordinária	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Estão presentes 7 Deputados, não havendo, portanto, *quorum* regimental para deliberação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós poderíamos, se fosse o caso, suspender a sessão por dez minutos e fazer um apelo aos Parlamentares que estão nos seus gabinetes. Eu sugiro que suspendamos a sessão por dez minutos e façamos um apelo aos Deputados que se encontram nos gabinetes para que voltem ao plenário, mas, se se esgotarem os dez minutos e não houver *quorum*, infelizmente V.Exa., pelo Regimento, terá que encerrar a sessão. Mas seria um último apelo a ser feito.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Acolho a solicitação de V.Exa. São 16h54min. Portanto, retomaremos a nossa sessão às 17h04min. A Presidência vai suspender os trabalhos durante dez minutos para ver se haverá retorno dos Srs. Parlamentares e se haverá *quorum*.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h54min, a sessão é reaberta às 17h04min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão.

Como são 17h04min – houve 10 minutos de suspensão –, retomo os trabalhos. Registro a presença dos Deputados Benedito Domingos, Luzia de Paula, Agaciel Maia e Wasny de Roure. Com 4 Parlamentares não podemos dar continuidade à sessão. O *quorum* mínimo é de 6 Deputados.

Quero, nesta oportunidade, antes de encerrar, apenas solicitar ao Presidente do sindicato, Sr. Luis, que na próxima terça-feira, às 14h30min, esteja presente na Presidência, quando teremos a reunião de Líderes, ocasião em que a pauta será fechada. Eu darei a oportunidade para que faça a defesa do projeto, e na próxima terça-feira, de fato, tenhamos condições de votar.

Eu peço desculpas, porque eu havia me comprometido na última terça-feira que apreciaríamos a matéria. Mas com a absoluta ausência dos Srs. Parlamentares, muitos em função de viagens, e como na próxima terça-feira há um conjunto de outros projetos pertinentes ao próprio interesse dos Srs. Parlamentares – não será apenas esse projeto; há projetos na área de orçamento, há projeto de reajustes –, eu darei o tratamento em caráter de prioridade. É o que a mim cabe fazer.

Agradeço a todos a presença. E pela absoluta falta de *quorum*, não temos condições de dar continuidade aos trabalhos.

Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h06min.)